

# Carta enterra primeiro-ministro

## Presidencialistas vetam mistura de sistemas e emenda é retirada

GIVALDO BARBOSA

“Não existe a menor possibilidade de a Constituinte aprovar a criação da figura do primeiro-ministro coordenador. Após a vitória da tese presidencialista, os parlamentares não estão dispostos a misturar os dois sistemas de governo”. A afirmação é do próprio autor da emenda que cria o primeiro-ministro, deputado Manoel Moreira (PMDB/SP). “Vou retirar a emenda”, avisou.

Moreira só não cumpriu sua promessa ontem porque foi alertado de que parte da proposta poderá ser usada para resolver o impasse em torno da censura a ministros de estado pelo Congresso. “A emenda Lucena prevê dois terços da Câmara e a minha a maioria absoluta do Congresso para aprovação de moções de censura”, explicou. “Não tenho pressa em retirar a proposta, mas não confio mais na sua aprovação”, disse. Segundo o deputado, a emenda criando o primeiro-ministro coordena-

nador no sistema presidencialista só foi elaborada para “no caso de um impasse entre os grupos presidencialista e parlamentarista facilitar as negociações. Mas como o presidencialismo venceu com larga margem, ela se tornou inviável”.

— A emenda Manoel Moreira é inaceitável”, classificou o deputado José Genoíno (PT/SP), que é presidencialista. “O PT se posicionou contra ela desde o início”, garantiu. Para o parlamentarista José Bonifácio (PDS/MG), do Centrão, somente se a vitória do presidencialismo tivesse sido “muito apertada” haveria a chance de ser aprovada a emenda Manoel Moreira. “Os presidencialistas nem querem negociar a proposta”, disse. No plenário, à tarde, contudo, o deputado Vilson Souza (PMDB/SC) lembrou, em pronunciamento, o compromisso que havia entre os presidencialistas, no sentido de aprovar tal emenda.



Os presidencialistas com Ulysses: Passarinho, Milton Reis, Manoel Moreira (ao fundo) e Humberto Lucena

## Ulysses só volta segunda

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, só deverá retornar a Brasília na próxima segunda-feira, quando pretende retomar as votações do projeto constitucional, paralisadas ontem, por falta de quorum, no capítulo relativo ao Poder Executivo. Apesar disso, manteve a sessão matutina de hoje e convocou sessões para segunda, terça e quarta-feira da semana que vem.

Ulysses viajou ontem à tarde para São Paulo, onde ficará o final de semana, mas teve o cuidado de, antes, enviar telegramas aos 559 constituintes, cobrando presença, a partir de segunda-feira, em Brasília.

Apesar dos cuidados de Ulysses, a Assembleia Nacional Constituinte só deverá retomar seus trabalhos dentro de 10 dias. Antes disso — a opinião é unânime — não será possível, por absoluta falta de quorum, votar qualquer matéria.

A expectativa das lideranças da Constituinte — Ulysses, é claro, diz que espera recompor as votações na próxima segunda-feira — é que o plenário só terá número para votar as matérias restantes do capítulo do Poder Executivo no dia cinco de abril, terça-feira.

Mesmo assim, as conversas sobre as votações

continuarão: em São Paulo, onde estará ao lado de dona Mora, sua esposa, que se recupera da fratura no fêmur, o presidente do PMDB pretende conversar com o governador Oreste Quéricia, sobre a necessidade da presença dos parlamentares em Brasília e, também, sobre o aperfeiçoamento do sistema presidencialista.

Essa matéria, ele discutirá também com as lideranças da Constituinte, na próxima terça-feira. Para isso, marcou, desde já, reunião para as 10 horas da manhã, em seu gabinete. No encontro será discutida a fusão de várias propostas, entre elas a do deputado Manoel Moreira, que introduz no sistema presidencialista a figura de primeiro-ministro coordenador.

O presidente do PMDB lamentou ontem a saída dos parlamentares mineiros do PMDB, dizendo-se “muito entristecido” com a decisão de “vallosos companheiros”, entre eles o ex-líder do partido na Câmara, deputado Pimenta da Veiga.

Ulysses Guimarães negou que tivesse conhecimento de qualquer ameaça de golpe militar, caso a Constituinte aprovasse o parlamentarismo e, principalmente, o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney: “Por mim isso não passou”.

## Indefinição sobre censura a ministro atrasa Constituinte

Quando entraram no plenário na tarde de ontem, os constituintes já sabiam que nada seria votado. De manhã, em duas reuniões realizadas no gabinete do presidente Ulysses Guimarães para negociar a votação do restante do capítulo II do Título IV, não se chegou a um acordo quanto ao destino do pedido de destaque para votação em separado do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL). Tal pedido, que já fora responsável pela paralisação dos trabalhos na quarta-feira, prevê a supressão da expressão “dois terços” posta na emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, nos casos de moção de censura a ministros de Estado. Na reunião, além de Lucena e Ulysses, estavam o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, o autor da emenda, Manoel

Moreira (PMDB-SP) e o secretário-geral do PMDB, Milton Reis.

De acordo com a emenda Lucena, o quorum exigido para destituir qualquer ministro de Estado é de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados. Com o destaque formulado por Bonfim, se os partidários dessa fórmula não conseguiram reunir 280 votos para manter a expressão “dois terços”, ficará aprovado que os ministros serão destituídos pela maioria dos membros da Câmara. O impasse surge porque, na opinião de muitos parlamentares o destaque, facilita demais a aprovação de moções de censura.

Em uma das reuniões de ontem no gabinete do presidente Ulysses, o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), apre-

sentou proposta de inversão de pauta, deixando para discutir e votar aquela polêmica no final do Título IV. Ulysses argumentou que este procedimento seria impossível, pois não está previsto no regimento interno. Reis e outros presidencialistas rebateram, então, afirmando que a Constituinte teria uma “parada oficial”, até que a questão esteja negociada. No plenário, à tarde, o secretário-geral do PMDB informou que “ninguém de nós pensa em apreciar o destaque com menos de 450 constituintes presentes” o que só deve acontecer depois da Semana Santa. “Nosso barco é o Brasil e ele tem que ser governável”, explicou.

O deputado Eduardo Bonfim, por sua vez, garantiu que não pretende retirar seu pedido de desta-

que. “A emenda presidencialista é um monstro, do ponto de vista técnico. Quem a criou que resolva o problema”, disse. No meio da tarde, sem alternativa, o deputado Ulysses Guimarães colocou o destaque em votação. Embora estivessem presentes 334 constituintes, apenas 198 votaram. A estratégia de esvaziar o plenário havia se confirmado. E a sessão foi encerrada.

— Votação, agora, só depois da Semana Santa”, previu o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). “Acho que estamos num bruto impasse”, afirmou o deputado José Lins (PFL/CE). “Precisamos sentar e conversar com calma. Resolver este impasse por via regimental é impossível. O único caminho é o entendimento” disse.

## Censura a ministro não tem quorum

Para evitar que a aprovação da moção de censura a ministros de Estado (prevista no texto presidencialista aprovado terça-feira) fosse decidida pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados e não por dois terços, como estabelece a redação, PDS, PFL, PTB, PL, PT e PDT se negaram a votar ontem o destaque para votação em separado do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL). O artifício utilizado por estes partidos, anunciado pelos seus respectivos líderes, foi o de simplesmente não acionar o mecanismo eletrônico de votação, permanecendo ou não em plenário.

Ao anunciar a votação do destaque, Ulysses Guima-

rães acabava de atender ao pedido de verificação de quorum formulado pelo deputado Gerson Peres (PDS/PA), constatando que 334 constituintes estavam presentes em plenário. Destes, 136 se negaram a votar, inviabilizando o prosseguimento da sessão por terem reduzido o quorum para 198.

A decisão das bancadas, que contou com a adesão da parte presidencialista do PMDB, se baseou no argumento de que a matéria era muito importante para ser decidida com um quorum baixo (334), como avisou o líder do PL, Adolfo Oliveira (RJ). Com este número, eles temiam não alcançar os 280 votos favoráveis à manutenção da ex-

pressão “de dois terços” destacada por Eduardo Bonfim, para reduzir o quorum necessário à aprovação da moção de censura a Ministros de Estado pela Câmara dos Deputados, como prevê o texto presidencialista da emenda Humberto Lucena.

A questão, no entanto, apresenta uma discussão mais ampla de que se estabeleceu a partir de terça-feira, quando a emenda foi aprovada, baseada no fato de se estar votando um texto presidencialista que inclui elementos característicos do regime parlamentarista. A adoção da moção de censura e da figura do primeiro-ministro, que estava para ser apreciada

também na sessão de ontem, vem sendo criticada por significar a formalização de um sistema híbrido, que estabeleceria um desequilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Na opinião do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), a supressão da expressão “de dois terços” do dispositivo da moção de censura “implodiria o sistema presidencialista”, pois bastaria a maioria simples dos membros da Câmara para destituir um ministro de Estado. Ontem, apenas as lideranças do PT e do PDT chegaram a votar a favor da manutenção do texto. O resultado da votação registrou 105 votos sim, 73 não e 20 abstenções.



Ulysses, Mauro e Cabral: sessões marcadas.